

----- Mensagem original -----

**Assunto::**CE GIGOV/SO 725/2026 - PM APIAÍ - CAIXA - TC MCIDADES 968229/2024 - Operação 1098076-38 - Informa a retirada da condição suspensiva e demais providências para continuidade do processo.

**Data:**14/04/2026 13:18

**De:**GIGOVSO04 - Carteira Bandeirantes <gigovso04@caixa.gov.br>

**Para::**A3854SP - AG Apiaí/SP <ag3854sp@caixa.gov.br>, "convenios@apiai.sp.gov.br" <convenios@apiai.sp.gov.br>, "gabinete@apiai.sp.gov.br" <gabinete@apiai.sp.gov.br>, GIGOVSO - GE Governo Sorocaba/SP <gigovso@caixa.gov.br>, GIGOVSO04 - Carteira Bandeirantes <gigovso04@caixa.gov.br>, Leonardo Ferreira de Lima <leonardo-ferreira.lima@caixa.gov.br>, "luciana.lepinsk@hotmail.com" <luciana.lepinsk@hotmail.com>, "prefeito@apiai.sp.gov.br" <prefeito@apiai.sp.gov.br>, SEG6715SP - SE Governo Baixada Santista/SP <seg6715sp@caixa.gov.br>, SEV6010SP - SE Vale do Ribeira/SP <sev6010sp@caixa.gov.br>, SR2588SP - SR Baixada Santista/SP <sr2588sp@caixa.gov.br>

E-mail classificado como #PUBLICO

**À**  
**Prefeitura Municipal de APIAÍ**

Assunto: Informa a retirada da condição suspensiva e demais providências para continuidade do processo.

Ref.: Termo de Compromisso MCIDADES 968229/2024 - Operação 1098076-38

Senhor Prefeito Municipal,

1. Comunicamos que o referido Termo de Compromisso foi considerado tecnicamente viável, com a consequente retirada da cláusula suspensiva, e está apto para prosseguimento das análises pós-contratuais pertinentes.

1. Importa salientar que o instrumento foi contratado sob regramento contido na **PORTARIA CONJUNTA MGI/MF/CGU Nº 32, DE 04 DE JUNHO DE 2024**, que regulamenta as transferências obrigatórias para execução de ações do Novo PAC, e está enquadrada no Nível II (Novo PAC) previsto na mencionada portaria.

2.1. Em atenção ao regramento legal acima, elencamos a seguir algumas informações importantes:

- Atentar para as competências do Recebedor listadas no Art. 8º da PC MGI/MF/CGU nº 32/2024;
- A prorrogação de vigência da operação, caso seja necessária, poderá ser realizada caso seja compatível com o prazo de execução do objeto.

1. Esclarecemos que cabe exclusivamente ao Recebedor a responsabilidade de executar os processos licitatórios de acordo com o que preconiza a legislação vigente, os quais ficam sujeitos à fiscalização dos Tribunais de Contas pertinentes.

3.1. Lembramos que as operações do Novo PAC devem atender, em seus editais de licitação, as exigências do Decreto 11.889 de 22/01/2024, que trata do conteúdo nacional e das resoluções CIIA-PAC (Comissão Interministerial de Inovações e Aquisições do Programa de Aceleração do Crescimento), que enumeram quais equipamentos devem possuir conteúdo nacional, quando forem adquiridos com recursos do Novo PAC.

3.2. Lembramos que não é permitida a utilização da modalidade pregão para contratação de obras, conforme legislação vigente.

3.3. Ressaltamos que os editais de licitação para consecução do objeto conveniado somente serão considerados aptos se publicados após o aceite do projeto técnico pela CAIXA, observadas as exceções, conforme condicionantes previstas no Art. 37 da PC MGI/MF/CGU nº 32/2024.

3.4 Alertamos quanto ao cumprimento dos prazos para realização do processo licitatório, indicados abaixo:

a) **Até 60 (sessenta) dias**, contados da data de emissão do laudo de verificação técnica, para os casos de contratação com suspensiva, ou da data da contratação sem suspensiva, o Recebedor deverá apresentar a publicação do edital de licitação à GIGOV.

b) **No prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias**, contados da data de publicação do edital de licitação, o Recebedor deverá apresentar a conclusão do processo licitatório e o envio para análise da GIGOV.

c) **Até 10 (dez) dias úteis**, contado da data da autorização de início de objeto, o Recebedor deverá emitir e registrar no Transferegov.br as **ordens de serviço** para início da execução das obras.

3.4.1 O descumprimento desses prazos, consideradas as possíveis prorrogações, pode ensejar a extinção ou a denúncia do termo de compromisso.

1. Para o prosseguimento do referido termo de compromisso, deve ser obedecida a rotina do processo licitatório orientada no módulo "*Execução do Conveniente*", nas abas "*Processo de Execução*", "*Verificação do Resultado do Processo Licitatório*" e "*Instrumentos Contratuais*", no Transferegov, com a necessidade de registro ou inserção dos arquivos correspondentes a cada modalidade licitatória, dentre os quais destacamos:

- Ato de homologação e despacho de adjudicação;
- Publicação do ato de homologação e publicação do despacho de adjudicação **conforme orientações do item 5**;
- Publicação do extrato do edital ou da justificativa da dispensa ou inexigibilidade, **conforme item 5**;
- Justificativa para a dispensa ou inexigibilidade de licitação e comprovação da publicidade legal dada ao caso, se aplicável;
- Cronograma Físico-Financeiro da Proposta vencedora;
- Orçamento da Proposta vencedora;
- ART/RRT do(s) responsável(is) pela fiscalização, quando se tratar de obras/serviços, podendo ser apresentado até a emissão da Ordem de Serviço;
- Declaração atestando o cumprimento às normas do Decreto nº 7.983/2013;
- Declaração emitida pela empresa vencedora da licitação ou pelo Recebedor atestando que a empresa vencedora da licitação não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante;
- Declaração firmada pelo chefe do poder executivo, atestando que a licitação atendeu às formalidades e aos requisitos dispostos na Lei de Licitações, inclusive quanto à forma de publicação (conforme modelo Caixa – MO28063);

- k. Nos casos em que o Recebedor, o Interviente ou a Unidade Executora opte pela realização da licitação das obras e serviços de engenharia pelo regime de contratação integrada, o mesmo deve apresentar, para compor o processo, as justificativas técnicas e econômicas para utilização desse tipo de aquisição;
- l. Declaração de inexistência de Lei Municipal ou Estadual ou Decreto, que vede ou de alguma forma condicione a adesão do ente ao SRP, quando for o caso;
- m. Anuência do órgão que efetuou o Processo Licitatório para que o Recebedor, Interviente ou Unidade Executora utilize o SRP, acompanhado da indicação dos possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação;
- n. Ata de registro de preços, observando-se o não esgotamento do seu prazo de validade até a data da contratação dos bens/serviços, com validade não superior a 12 meses, incluindo eventuais prorrogações, satisfeitos os demais requisitos da Legislação pertinente;
- o. Declaração de justificativa de que as adesões foram vantajosas e atenderam ao disposto no Art. 22 do Decreto nº 7.892/2013 e suas alterações;
- p. Apresente a formalização de adesão à ata de registro de preço;
- q. Para o TC da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, documentação que comprove o atendimento das condicionantes do art. 50 da Lei 11.445/2007;
- r. Declaração de capacidade técnica, indicando os servidores que fiscalizarão a obra ou o serviço e informando que o Recebedor possui condições físicas, operacionais, técnicas e gerenciais para a execução e fiscalização da obra ou serviço de engenharia;
- s. Contrato assinado com a empresa fornecedora (CTEF) e **publicação conforme orientações do item 5.**

1. Para a comprovação da publicidade em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, o Recebedor deve inserir no Transferegov cópia da publicação:

a. Do inteiro teor do edital e seus anexos, cumulativamente:

- No Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- Até 01/04/2027, não é obrigatória a publicação no PNCP para os municípios com até 20 mil habitantes.

a. Do extrato do edital:

- No Diário Oficial da União ou do Estado ou do Distrito Federal ou do Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles; e
- Em jornal diário de grande circulação.

a. Do extrato do CTEF e demais atos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sendo que até 01/04/2027, os municípios com até 20 mil habitantes que não adotarem o PNCP devem publicar em Diário Oficial.

1. Lembramos que para a Autorização de Início de Obra também deverá ser providenciado:

6.1 Apresentar o "Plano Diretor de Manejo de Águas Pluviais e Drenagem Urbana", conforme orientações e modelo, contido no ANEXO 1 do "Manual para Apresentação de Proposta para o Sistema de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais" do "Programa 2218 – Gestão de Risco e Desastres" do MINISTÉRIO DAS CIDADES;

6.2 A respeito dos prazos estabelecidos para a execução do Trabalho Social, a Portaria MCID nº 75 de 28/01/2025 estabelece os seus marcos temporais.

1. Para o primeiro desbloqueio de recursos deverá ser providenciado:

7.1 Apresentar o Projeto Executivo acompanhado do respectivo ART/RRTs, com aprovação da Fiscalização da PM, para a liberação de recursos relativos ao Projeto Executivo. O projeto Executivo deverá estar acompanhado também de:

- Licenças e autorizações de meio ambiente CETESB;
- Licenças e Outorgas do DAEE;
- Autorização da Empresa RUMO,
- Autorização para realização dos serviços relativos à canalização, dentro de áreas particulares de terceiros;
- Confirmação da Titularidade de todas as áreas onde será aplicado o recurso público;
- O Projeto Executivo a ser apresentado, deve abordar, no que couber, os elementos e o atendimento aos requisitos de Acessibilidade Universal, nos espaços públicos, estabelecidos pela Lei 10.098/2000 e NBR 9050/2020-2021.
- Eventuais processos de desapropriação de áreas, necessária a implantação das obras;
- Abordar eventuais remanejamentos necessários de redes de distribuição de água, esgoto, energia elétrica e iluminação pública.

7.2 Apresentar a Ordem de Serviço;

7.3 Apresentar documentação relativa ao trabalho de "Avaliação de Resultados Pós-intervenção" conforme previsto no Normativo do programa,. Cabendo a PM buscar apoio técnico junto às universidades, institutos de pesquisa e/ou profissionais especializados no tema, se for o caso. A "Avaliação de Resultados Pós-intervenção" deverá seguir as instruções contidas no Normativo específico. (conforme declaração de Compromisso da PM)

7.4 Apresentar o relatório fotográfico da Placa de obra instalada. O relatório deve conter a localização da Placa e a assinatura do responsável pela fiscalização da obra.

7.5 Apresentar ART/RRTs relativo a efetiva execução da obra , para a primeira liberação de recursos relativo as obras.

1. Para o último desbloqueio de recursos deverá ser providenciado:

8.1 Apresentar a Declaração do Representante Legal do Conveniente informando que não haverá instalação de placa de inauguração de obra ou, nos casos em que o Conveniente optar pela instalação da referida placa, apresentar previamente para a análise da Caixa, o modelo/arte gráfica que demonstre a conformidade da placa com o Manual Visual de Placas e Adesivos de Obras (disponível no site da CAIXA).

8.2 Apresentar documento que comprove o recebimento da obra, por parte da PM, conforme legislação aplicável ao processo de licitação;

8.3 Apresentar o "AS BUILT" de todos os serviços realizados, acompanhado do respectivo ART/RRT, e da aprovação da Fiscalização.

1. Sendo o que tínhamos para o momento, subscrevemo-nos.☐

Respeitosamente,

16/04/2026, 10:29

Webmail Locaweb : Criar email

Edgar José Viana  
Assistente Sênior

Carlos Rubinstein  
Coordenador de Filial  
Gerência Executiva de Governo  
CAIXA

ALÔ CAIXA: 4004 0 104 (capitais e regiões metropolitanas) 0800 104 0 104 (demais localidades)  
SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)  
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492  
Ouvidoria: 0800 725 7474  
caixa.gov.br